

Campanha salarial dos federais começa dia 22 de janeiro

Em São Paulo, lançamento unificado será no auditório do Sinsprev, onde haverá ato e debate a partir das 18h

Joca Duarte

A campanha salarial unificada dos servidores públicos federais começa em todo o país no dia 22 de janeiro. Em São Paulo, a data será marcada por um debate no auditório do Sinsprev, a partir das 18 horas desta quarta-feira. É a arrancada inicial de uma mobilização que tentará repetir, com mais força ainda, a campanha conjunta de 2012, que culminou com a mais forte paralisação do funcionalismo dos últimos tempos.

A diferença é que este ano tem Copa do Mundo e eleições presidenciais. E o cenário político do país não é mais o mesmo depois das gigantescas manifestações de rua de junho passado. Tudo isso junto pode nos permitir fazer uma campanha salarial ainda com mais poder de pressão e mais participação. No entanto, também enfrentaremos uma repressão maior, sinalizada na evidente tentativa do governo Dilma, do Judiciário e do Legislativo - ao lado de governantes estaduais - de criminalizar os movimentos sociais e sindicais. Com apoio da mídia, querem transformar toda luta em crime.

É, sem dúvida, um ano decisivo para nossas vidas profissionais. O governo tentará de todas as formas consolidar a política de salários congelados e evitar qualquer mecanismo de reposição das perdas. Quer nos obrigar a engolir uma inflação anual oficial que



28.03.12 - Marcha em Brasília pela campanha salarial dos federais

já beira os 6%. Também seguirá se recusando a aceitar as propostas de planos de carreira que valorizam o servidor estatutário e os serviços públicos.

Sem mobilização não haverá negociação efetiva. No dia 5 de fevereiro, acontecerá o

lançamento da campanha com um ato nacional em Brasília. Indicativos de greve já foram aprovados para março e abril. Temos pressa. A campanha começa agora. Vamos construí-la juntos.

Todos ao lançamento da campanha salarial

Dia 22, quarta-feira, a partir das 18h, no auditório do Sinsprev (Rua Antonio de Godoy, 88, 5ª andar, Centro-SP)

Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais:

ASSIBGE-SN, ANFFA-SINDICAL, ASFOC, ASMETRO-SN, CTB, CUT, CONDSEF, CNTSS, CONFELEGIS, CSP-Conlutas, FASUBRA, FENALE, FENALEGIS, FENASPS, FENAJUFE, FENASTC, FENAPRF, MOSAP, PROIFES, SINAL, SINAIT, SINAGÊNCIAS, SINBACEN, SINASEFE, SINDLEGIS, SINDIFISCO NACIONAL, SINPECPT, SINDIRECEITA, SINASEMPU E UNACON-SINDICAL

Fórum das Entidades do Funcionalismo Público Federal de São Paulo:

SINTRAJUD, SINSPREV, SINAL, SINTUNIFESP, SINDSUSEP, ASSOCIAÇÃO NACIONAL UNAFISCO, SINTUFABC, SINDFAZ, SINDSEF, INTERSINDICAL E ASSIBGE-SP

Por respeito aos direitos dos aposentados e isonomia, ato dia 23 na avenida Paulista

Enquanto livra empresas de contribuir com a Previdência, governo privatiza, discrimina e mantém a taxaço sobre as aposentadorias.

Discriminar trabalhadores aposentados é uma política posta em prática pelo governo federal. Isto se dá tanto com os servidores públicos quanto com os segurados do INSS da iniciativa privada. Seguem em curso ainda os projetos que privatizam a Previdência Social – o que, no funcionalismo, se expressa na criação do fundo de pensão, o Funpresp.

Aplica-se ainda uma política de desoneração da folha de pagamento – o que reduz cada vez mais a cota de contribuição das empresas para a futura aposentadoria dos trabalhadores. Enquanto diminui deliberadamente

os recursos da seguridade, o governo usa supostos rombos nas contas da Previdência para justificar cortes de direitos.

Para defender a Previdência pública e exigir isonomia salarial e de tratamento, os servidores vão fazer uma manifestação em frente ao escritório da Secretaria da Presidência da República em São Paulo, que fica na Avenida Paulista 2.163. O ato será no dia 23 de janeiro, véspera do Dia do Aposentado, a partir das 11 horas. A manifestação também defenderá a aprovação da PEC que põe fim à taxaço das aposentadorias. Todos lá.

Querem criminalizar o direito de lutar: vamos responder com mais mobilização

A tentativa do governo Dilma de aprovar projeto de lei que restringe e cerceia o direito constitucional à greve é uma dentre muitas ações dos governos federais, estaduais e municipais que buscam jogar na ilegalidade o direito de lutar e protestar. Para criminalizar os movimentos sociais e sindicais, contam com apoio da mídia, dos grandes empresários e quase sempre da cúpula do Judiciário.

Agora, em nome da Copa do Mundo e das Olimpíadas, mobilizam forças policiais e tentam aprovar projetos que proíbem manifestações e até greves. Não é a primeira vez que fazem algo neste sentido. Em junho do ano passado, a resposta a uma bárbara repressão da polícia a um ato público pacífico em São Paulo veio na forma de megaprotestos que se alastraram pelo país. A resposta dos servidores às tentativas de tornar os direitos de greve e de organização sindical ilegais também deve se dar com mais mobilização e participação.

Outras atividades

- 23/1 Reunião, às 16h, em Brasília, para avaliação das ações do dia 22/1;
- 5/2 Ato público em Brasília, a partir das 9h, em frente ao Bloco K, Ministério do Planejamento;
- 6/2 Seminário sobre a Dívida - Auditoria Cidadã;
- 7/2 Reunião ampliada das entidades dos servidores debaterá ampliação da mobilização e indicativo de greve;
- 12/2 Reunião das centrais sindicais com o senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator do PL que restringe o direito de greve, sobre data de audiência pública.

Abaixo o assédio moral e a criminalização de quem luta: em defesa dos servidores da UFABC

A tentativa de criminalizar o direito de protestar e de defender direitos vive lamentável capítulo na Universidade Federal do ABC (UFABC). No início de 2013, os 56 funcionários do Núcleo de Tecnologia da Informação se mobilizaram juntamente com o sindicato da categoria (SINTUFABC) contra a postura do então coordenador do setor, que estaria assediando os trabalhadores. Foi pedida a abertura de uma sindicância para investigar o caso, o que a Reitoria só encaminhou mais de um mês depois.

Mesmo assim, o movimento pela troca do coordenador levou à exoneração do mesmo em meados de 2013. No entanto, as retaliações a quem ousou protestar vieram na forma de um processo administrativo contra 23 servidores que denunciaram o assédio moral, dentre eles três coordenadores-gerais do sindicato. A comis-

são foi formada por pessoas nomeadas pela Reitoria. As conclusões foram enviadas à Polícia Federal pela alta administração da Reitoria, sob a justificativa da necessidade de investigar “suposta ameaça de homicídio” por parte de um dos funcionários do NTI.

No retorno do relatório da PF, foi demonstrada a impropriedade da tese e que não houve crime algum.

A partir de então, as acusações do processo administrativo pautaram-se no sentido de “indiciar” as condutas mediante enquadramentos em infrações e penalidades administrativas severas, tais como suspensão e até mesmo demissões. É uma nítida retaliação a quem luta contra o assédio moral. Todo apoio aos servidores da UFABC. Não à arbitrariedades como suspensão ou demissão de qualquer destes servidores.